



UFRRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – CAMPUS NOVA IGUAÇU
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ECONOMIA
CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA

Tatiane Oliveira de Assumpção Cordeiro

**A experimentação da perspectiva do Patrimônio Cultural e a noção da
Educação Patrimonial através das experiências e vivências do Museu Vivo do São Bento**

Nova Iguaçu - RJ

2016



Tatiane Oliveira de Assumpção Cordeiro

**A experimentação da perspectiva do Patrimônio Cultural e a noção da
Educação Patrimonial através das experiências e vivências do Museu Vivo do São Bento**

Monografia apresentada ao curso de História como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Raquel Alvitos Pereira

Nova Iguaçu – RJ

2016



Tatiane Oliveira de Assumpção Cordeiro

**A experimentação da perspectiva do Patrimônio Cultural e a noção da
Educação Patrimonial através das experiências e vivências do Museu Vivo do São Bento**

Monografia apresentada ao curso de História como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Banca Examinadora:

Prof^a Dra^a Raquel Alvitos Pereira (Orientadora) Instituto Multidisciplinar – Departamento de História e Economia
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof^o Dr^o Alexandre Lazzari – Departamento de História e Economia
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof^o Dra^o Elis Regina Barbosa Angelo – Departamento de Administração e Turismo
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Nova Iguaçu, 07 de dezembro de 2016



CORDEIRO, Tatiane Oliveira de Assumpção. A experimentação da perspectiva do Patrimônio Cultural e a noção da Educação Patrimonial através das experiências e vivências do Museu Vivo do São Bento. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

RESUMO

Estudo da perspectiva patrimonial, empreendida pelo Museu Vivo do São Bento e sua inserção político-social na região da Baixada Fluminense, ressalta-se nessa pesquisa, especialmente, o papel desse Museu na difusão da perspectiva de patrimônio cultural entre os diferentes grupos humanos da Baixada, bem como, o alcance que a experimentação da perspectiva de patrimonialização incitada pela instituição tem na desconstrução dos estigmas e estereótipos em torno da Baixada Fluminense.

O Museu Vivo do São Bento contribui para a constituição de uma identidade renovada e para o fomento de redes de pertencimento na Baixada Fluminense, já que recupera elementos da História nas suas diferentes modalidades vinculados à produção artística regional, ao artesanato, a tradição oral e as festividades. Esses elementos convergem para a construção de uma perspectiva de Educação Patrimonial e repensam os elementos constitutivos da memória coletiva local.

Cabe mencionar, assim, que o Museu tem papel fundamental na inscrição da perspectiva patrimonial no âmbito da Baixada Fluminense. Tal perspectiva viabiliza o resgate de bens e de práticas culturais que têm uma relação, muito particular, com aquilo que seria a própria especificidade e singularidade da região.

Palavras-chaves: Educação Patrimonial; Patrimônio; Identidade; Memória; Baixada Fluminense; Museu Vivo do São Bento.



AGRADECIMENTOS

“Não pare nunca de sonhar”, pois, “nada é tão nosso quanto nossos sonhos” e, esse trabalho é apenas uma etapa da realização dos meus sonhos. A caminhada foi difícil e cansativa, mas, sem dúvidas, uma experiência incrível e de muito aprendizado e, hoje se concretiza no primeiro passo para seguir na profissão mais linda que é ser professora.

Agradeço a todos que fizeram parte do meu caminho e, que de alguma forma, contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui. Agradeço àqueles que lutaram e sonharam comigo.

Aos amigos que fizeram parte disso tudo e tornaram a graduação mais leve e divertida, sem dúvidas, sem vocês seria muito mais complicado. Aos mestres professores por todo conhecimento compartilhado. E, em especial e principalmente a professora Raquel Alvitos por toda sensibilidade, dedicação, atenção e compreensão na elaboração desse trabalho, por ter sido um anjo na minha caminhada e, sem dúvida, uma inspiração a seguir. Obrigada por tudo!

Agradeço, em especial, a minha família pela força. Inclusive a Nina, minha companheira de todas as horas. Ao meu pai por ter estado mais próximo e presente nesse período. A minha mãe e minha irmã por serem à base da minha vida. E, ao Vinicius por ser mais que um namorado; por toda força e apoio, por sempre acreditar na minha capacidade e não me deixar desistir, por estar presente em todos os momentos, me dando a mão e caminhando junto comigo, você foi fundamental, sem você não teria conseguido!

Agradeço a Deus por eu ser a menina dos seus olhos. Por não me deixar perder a fé e, nos momentos mais difíceis me acalmar com seu amor e me mostrar que sou capaz de tudo e por me ensinar que se dá um passo de cada vez e, esse é só o primeiro!



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: Representações em torno da Baixada Fluminense: problemas e questões	3
1.1. Globalização, memória e identidades locais: a Baixada Fluminense entre o global e o local.....	3
1.2. A inscrição de novos lugares de sentidos e pertencimento através do Patrimônio Cultural.....	9
CAPÍTULO 2: A Educação Patrimonial como ferramenta para a (re)construção da identidade da Baixada Fluminense	15
2.1. Memória, identidade e cidadania em processos de patrimonialização na Baixada Fluminense.....	15
2.2. O processo de formação identitária e a consolidação de memória através da perspectiva da Educação Patrimonial.....	20
CAPÍTULO 3: Saberes, Histórias e Experiências constituídas e difundidas pelo Museu Vivo do São Bento	24
3.1. Do percurso à consolidação de identidades: a construção de redes de pertencimento na Baixada Fluminense a partir da inserção do Museu Vivo do São Bento.....	24
3.2. A experimentação da perspectiva do patrimônio nas experiências e vivências do Museu Vivo do São Bento.....	27
CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35
FONTES	37

Introdução

Essa pesquisa volta-se para o estudo do Museu Vivo do São Bento entendendo que o mesmo se constitui como importante lugar de recuperação, resgate, resignificação e reinscrição de lugares de memória da Baixada Fluminense que se vinculam às singularidades e especificidades locais. O Museu, hoje, tem ampla inserção entre diferentes grupos sociais da Baixada Fluminense e através da perspectiva da educação patrimonial inscreve um processo importante de experimentação do próprio patrimônio cultural através de oficinas e projetos que se voltam para o resgate das ditas singularidades locais.

É necessário que a população conheça e vivencie a noção de patrimônio cultural, pois a mesma contribui para (re)significar o processo de formação identitária e o grau de pertencimento do indivíduo. Pertencimento que se liga as singularidades locais e resgata e resguarda memória e a História bem como sua importância para o passado, o presente e o futuro. Ao preservar a História e a memória da Baixada Fluminense é possível revitalizar e potencializar “lugares de memória”¹ e também patrimônios históricos e culturais, a partir da desconstrução de alguns estereótipos que, em muitos casos, são associados a essa região.

Dessa forma, utilizar-se da noção de patrimônio cultural, a partir da difusão da Educação Patrimonial, contribui para o conhecimento e conseqüentemente a valorização e (re)significação da identidade da Baixada Fluminense com vistas à desconstrução de estereótipos. Sendo assim, ajuda a fortalecer a(s) memória(s) coletiva(s) constitutivas da comunidade local, auxiliando na criação de vínculos e proximidade importantes para a consolidação de laços de pertencimento e identitários.

Ressalta-se que, através do conhecimento e assim da preservação da História da Baixada Fluminense, é possível revitalizar e potencializar os lugares de memória e também dos patrimônios históricos e culturais, para que a percepção da identidade não se perca, mas seja renovada. Haja vista que, em um mundo cada vez mais globalizado,

¹ Trata-se de um conceito cunhado pelo autor Pierre Nora que define a memória como um território importante para constituição das identidades. Nesse contexto, através da constituição desses lugares de memória, a noção de patrimônio cultural, pode incitar o sentimento de pertencimento e identificação da sociedade como um espaço de resignificações da memória e consolidações de identidades.

valorizar e preservar o patrimônio resguarda o elo entre o passado (como uma “presença” constante) e o presente com vistas a sua continuidade futura.

Esse trabalho toma as noções de patrimônio cultural e educação patrimonial como importantes ferramentas político-pedagógicas para a constituição de novas memórias e para a recuperação de identidade na Baixada Fluminense com vistas à desconstrução de (antigos) estereótipos associados à região. Volta-se, assim, para o estudo da inserção do museu de São Bento como um espaço para a constituição de uma identidade renovada da Baixada Fluminense, já que o mesmo promove novas experiências e reflexões em torno da perspectiva do patrimônio. O Museu exerce uma ação político-pedagógica na medida em que torna possível um novo educar no direito a memória, a História e ao patrimônio.

O primeiro capítulo deste trabalho aborda algumas representações que foram associadas à região da Baixada Fluminense ao longo dos anos em decorrência de estereótipos que foram construídos, muitas vezes, com base no preconceito e desconhecimento sobre a região. Nesse primeiro capítulo será estudado também o processo de globalização e sua relação com as práticas culturais que permeiam as singularidades locais.

O segundo capítulo dedica-se a refletir sobre o papel da Educação Patrimonial em instituições como o Museu Vivo do São Bento. Ressalta-se ao longo do mesmo a perspectiva da educação patrimonial como uma ferramenta para a reconstrução da identidade da Baixada Fluminense, a partir do resgate da memória coletiva, bem como, seu papel na criação de vínculos e laços de pertencimento com elementos identitários da localidade.

O terceiro capítulo salienta o papel que o Museu Vivo do São Bento tem na região da Baixada Fluminense no tocante a difusão da experimentação da perspectiva do patrimônio cultural. A partir da inserção do Museu em campos, como o da Educação Patrimonial, o mesmo repensa e difunde uma imagem positiva da Baixada Fluminense, posto que, revisita memórias com vistas à preservação e continuidade do que considera patrimônio.

O Museu Vivo do São Bento a partir de um profícuo diálogo com a perspectiva da Educação Patrimonial revisita “lugares de memória” esquecidos e/ou silenciados e,

viabiliza, dessa forma, novas possibilidades de constituição identitária para a região da Baixada Fluminense.

A conclusão aponta para o sentido, o papel e a importância do estudo da própria noção de patrimônio cultural e os seus desdobramentos no jogo das relações sociais, a partir do o resgate dos “lugares de memória”. Lugares de memória que permitem a reconstituição dos vínculos identitários e de uma prática cidadã. Cabe destacar, por fim, os limites desse trabalho de pesquisa que se constitui como um passo importante e, ao mesmo tempo, fascinante na prática da pesquisa histórica. Tal experiência, sem dúvida, foi muito estimulante, despertou o desejo de retomar o tema de forma bem mais aprofundada.

Capítulo 1: Representações em torno da Baixada Fluminense: problemas e questões.

1.1. Globalização, memória e identidades locais: a Baixada Fluminense entre o global e o local

Diante de um mundo cada vez mais conectado, os lugares e ambientes tornam-se mais padronizados e os parâmetros globais se tornam referências importantes. Nesse cenário, o patrimônio precisa (re)encontrar seu espaço em conjunto com as diferenças e diversidades culturais das sociedade. Sendo assim, a noção de patrimônio² e, mais especificamente, da Educação Patrimonial, podem vir a funcionar como ferramentas

² A noção do conceito moderno de patrimônio e sua preservação vêm de “padrões” internacionais, surgidos na França no século XIX. Respalado por ideais Iluministas surgiu no país à visão idealizada dos monumentos históricos, apoiada jurídica, cívica e esteticamente, a partir de um projeto coletivo vinculado à ideia de construção da nação. O modelo francês de preservação do patrimônio histórico tornou-se exemplo, a partir do século XX, em vários países, inclusive no Brasil. Há que se destacar ainda, que a noção de patrimônio, após a Segunda Guerra Mundial, foi ampliada e, hoje encontra-se amplamente difundida a noção de patrimônio cultural, que leva em consideração as singularidades culturais, contribuindo política e socialmente para a construção ampla e diversificada das mais variadas expressões culturais da nossa sociedade.

para a inserção, através de políticas públicas de projetos e ações que valorizem as diferenças e as diversidades culturais locais. Tais políticas podem vir a possibilitar uma interação mais ampla entre a sociedade e a localidade com as suas especificidades o que favorece a relação de aproximação e construção de identidades locais ao estimular a constituição de redes de pertencimento.

Dessa forma, utilizar-se do patrimônio com vistas a consolidar a memória também contribui para o processo de formação identitária, pois memória e identidade possuem relação de complementaridade. Em seu estudo sobre a memória e identidade social, Michael Pollak destaca

“(...) quando a memória e identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual.” (POLLAK, 1992, p. 207).

Contudo, essa relação de complementaridade não é observada no caso da Baixada Fluminense, haja vista que a identidade e memória sobre a região não estão amplamente constituídas e instituídas e, por isso, não se relacionam. Pode-se dizer ainda, que sua História e imagem foram, de certa maneira, silenciadas e, até mesmo esquecidas, devido ao fato de que, ao longo dos anos, foi sendo associada à região uma imagem negativa e estereotipada. Dessa forma, não se consolidou uma identidade e, também, um sentimento de pertencimento dos moradores a lugares de memória da própria região e, isso se deu muito por influência de fatores externos, do pré-conceito e desconhecimento sobre a Baixada Fluminense.

É importante considerar que o processo de globalização, se por um lado contribui para engendrar mecanismos de homogeneização cultural, por outro lado também pode viabilizar a exaltação e reafirmação de lugares de memória excluídos e/ou silenciados. Assim, ao mesmo tempo em que modifica as singularidades, especificidades e, mesmo a identidade, a globalização também as fortalece e, acaba por incentivá-las.

Tais ideias a respeito da globalização podem ser observadas no autor Stuart Hall, que afirma que “à medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas à influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural.” (HALL, 2004, p. 74).³

É importante considerar que a globalização incita o processo de construção identitária a partir de influências externas, mas ao mesmo tempo reforça as identidades locais, preservando suas especificidades e singularidades. Nesse sentido, “ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas.” (HALL, 2004, p. 87). O fenômeno da globalização também estimula que os fatores econômicos tornem-se mais importantes do que os aspectos e as relações sociais, contribuindo, por vezes, para segregação de certos grupos, locais e lugares de memória. E, assim, tangencia as relações sociais, promovendo, de certa forma, um embate entre o individual e o coletivo que pode vir a dificultar o processo de formação identitária. O Museu Vivo do São Bento, instituição criada no ano de 2008, vem contribuindo para viabilizar, a partir da Educação Patrimonial, mecanismos que ampliam o diálogo entre os elementos globais e as singularidades e/ou especificidades locais características da Baixada Fluminense.

Sabe-se que na contemporaneidade fatores econômicos influenciam e estabelecem, muitas vezes, quais patrimônios devem ser preservados e valorizados. No bojo desse processo, bens patrimoniais ligados às singularidades locais acabam não sendo valorizados, prevalecendo, dessa forma, padrões mais globais. O Museu Vivo do São Bento, em seus projetos e ações, trabalham na contramão desse processo, com vistas a evitar que a construção identitária se torna algo imposto socialmente, ainda que a absorção desse padrão seja, muitas vezes, apreendida de forma inconsciente, dado ao

³ É importante destacar aqui a reflexão do autor Stuart Hall acerca dos mecanismos de padronização cultural. Para o estudioso a globalização não destrói identidades nacionais e promove a homogeneização cultural já que “ao invés de pensar no global como “substituindo” o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre “o global” e “o local””. (HALL, 2004, p. 77).

grau de naturalização e interação que estabelecemos com certos objetos e/ou fenômenos.

No mundo padronizado, a sociedade também procura enquadrar-se a modelos estabelecendo comportamentos e valores que são socialmente aceitos. Por isso, há que se ressaltar a importância da cidadania e dos processos de experimentação do patrimônio para preservação e valorização das características de cada grupo e dos elementos que compõem as suas identidades. Maria Cecília Londres Fonseca destaca que

“(...) cada sociedade, a seu tempo e em função de suas necessidades e valores, desenvolverá um tipo de relação com o patrimônio histórico que terá herdado de seus antepassados. O grande desafio nesse sentido é fazer as inevitáveis adaptações sem comprometer os valores que justificam a preservação. E essa sinfonia fina entre conservação e mudança só é possível a partir de uma compreensão – que muito frequentemente é apenas intuitiva – do papel dos bens culturais na transmissão da memória coletiva.” (FONSECA, 2005, p. 162).

O Museu Vivo do São Bento que nasce como um museu de percurso, que se encontra vinculado não só a secretaria municipal de educação de duque de Caxias, mas também ao Centro de Referência Patrimonial e Histórico do município, difunde e incita diferentes atores da Baixada Fluminense, a partir das oficinas, cursos e atividades afins a experimentarem a perspectiva patrimonial como mecanismo de construção cidadã, dessa forma, reabilita lugares de memória quase esquecidos que integram a pluralidade identitária dos diferentes grupos humanos que vivem na Baixada Fluminense.

Nesse sentido, a valorização do patrimônio cultural, inscrita no cotidiano do Museu, viabiliza novos mecanismos de construção identitária e da própria cidadania, o que leva o indivíduo a conhecer seu espaço físico e social e, portanto, a questionar seu papel enquanto sujeito civil, social e político.

Merece realce ainda a reflexão de Márcia Chuva acerca dos processos de experimentação do patrimônio que se desdobram no plano social. A pesquisadora

destaca que “na atualidade, a área do patrimônio engloba um conjunto significativo de questões de ordem política, de relações de poder, de campos de força e âmbitos do social” (CHUVA, 2012, p. 152), por isso, é preciso resgatar as especificidades que permeiam os choques culturais e engendram processos de resignificação das práticas culturais, assim como resgatar os elementos das memórias associadas às localidades.

O Museu Vivo do São Bento segue esse viés com o intuito de promover, difundir, construir e (re)afirmar memórias e identidades positivas e romper com estereótipos que se associam a Baixada Fluminense. Com a inserção em diversos campos, como o da Educação Patrimonial, o Museu (re)pensa e difunde uma imagem positiva da Baixada Fluminense, a partir da consolidação de memórias e da construção identitária com vistas a preservação e continuidade (a partir de um olhar diferenciado) do que se considera patrimônio. Pode-se, portanto, afirmar que os atores sociais envolvidos com as atividades do Museu partilham “cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade da organização.” (POLLAK, 1992, p. 206).

A Educação Patrimonial, no âmbito do Museu Vivo do São Bento, é tomada como ferramenta político-pedagógico e também como importante elemento construtor de identidade para a região da Baixada Fluminense. As noções de patrimônio cultural associada, às novas perspectivas do campo da Educação Patrimonial, estão amplamente incorporadas ao Museu e contribuem para diluir as representações⁴ que foram associadas à Baixada Fluminense⁵, a partir de um conjunto de ações políticos-pedagógicos.

No decorrer dos anos, foram sendo associados aos municípios da Baixada Fluminense a imagem de uma região pobre, violenta e de crescimento não

⁴ As representações negativas associadas à Baixada Fluminense podem ser observadas no Documentário “Nunca fui, mas me disseram...” (2007) abordando a visão que os moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro têm a respeito da Baixada Fluminense. Esse documentário foi produzido com o apoio institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRJ) Campus Nilópolis.

⁵ De acordo com André Santos da Rocha, a representação da Baixada Fluminense baseada na pobreza, miséria e violência social é apenas uma das conotações pertencentes na contemporaneidade à região.

acompanhado de planejamento e infraestrutura.⁶ Esses municípios são vistos de maneira pejorativa e estereotipada, e, muitas vezes se observa nas redes sociais e mesmo nos jornais⁷ e na televisão notícias sobre criminalidade, marginalidade e desastres naturais. De acordo com Ana Lúcia Silva Enne:

“A mídia impressa do Rio de Janeiro durante muito tempo reforçou e mesmo ensejou um *sensu comum* sobre a Baixada Fluminense, onde ela aparece relacionada com o abandono por parte do poder público, violência urbana e péssimas condições de vida (falta de saneamento básico, baixa escolaridade, transportes deficitários, ausências de opções de lazer, ineficiência no campo da saúde etc.). Este enfoque dado pela grande imprensa acabou se refletindo na formação de uma opinião generalizada sobre a região, onde esta aparece associada a *estigmas* que marcam de maneira decisiva a vida de seus moradores, especialmente aqueles que trabalham ou mantêm contatos regulares com a cidade do Rio de Janeiro. De alguns anos para cá, algumas reportagens buscam quebrar esse *sensu comum*, “revelando” pontos positivos sobre a Baixada. No entanto, mesmo quando procuram indicar tais aspectos positivos sobre a vida da Baixada, os grandes jornais muitas vezes acabam por reforçar os preconceitos rotineiros, pois a qualidade apontada é tratada como “novidade” ou “exceção””. (ENNE, 2003, p. 42).

Tais imagens negativas difundidas pela mídia colaboram para reforçar preconceitos, pré-conceitos e estigmas sociais que se somam a representação da Baixada Fluminense. Tais associações são feitas por falta de conhecimento e distanciamento com a região, sendo a mídia (mais tradicional, como rádio e jornais, a mais recente como as redes sociais) a principal fonte de acesso e informação a respeito da Baixada

⁶ Essa ideia está exposta no texto de Alexandre dos Santos Marques “Baixada Fluminense: Da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas” publicado na Revista Pilares da História – Duque de Caxias e Baixada Fluminense, número 06 no ano de 2006.

⁷ Em seu texto “A “redescoberta” da Baixada Fluminense: reflexões sobre as construções narrativas midiáticas e as concepções acerca de um território físico e simbólico” a autora Ana Lúcia Silva Enne acredita que os jornais atuam tanto como agentes legitimadores tanto da memória/passado quanto do projeto/futuro acerca da região.

Fluminense, e, isso faz com o que os aspectos positivos sejam tratados como “novidades” ou “exceção”.

Essas ideias podem ser observadas no documentário “Nunca fui, mas me disseram...” em que é possível perceber as barreiras (in)visíveis que separam a região da Zona Sul do Rio de Janeiro da região da Baixada Fluminense, que também faz parte da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Essas barreiras estão amplamente difundidas no senso comum devido à transmissão na mídia, de notícias sistemáticas vinculadas à tragédias, criminalidade, e/ou informações relacionadas, por exemplo, a cultura, lazer e turismo não são divulgadas.

Ressalte-se, por fim, que devido ao seu crescimento social e econômico⁸, nos últimos anos, a região vem se reafirmando e buscando mostrar a sua importância para a região metropolitana do Rio de Janeiro. O surgimento de instituições como o Museu Vivo do São Bento inscreve-se, nesse contexto, que incita a desconstrução dos estigmas vinculados a região, bem como a busca por novos lugares de memória que permeiam a História dos grupos humanos da Baixada Fluminense. Esse desafio, sustenta-se na noção de patrimônio cultural haja vista que o mesmo leva a resignificação de elementos que marcam as especificidades locais e também a processos de identificação mais profundos com os mesmos.

1.2. A inscrição de novos lugares de sentido e pertencimento através do Patrimônio Cultural

Os processos de experimentação do patrimônio expressam-se, hoje, na Baixada Fluminense, especialmente através dos processos de tombamento em curso e, também a partir de instituições, como o Museu Vivo do São Bento, essas experiências levam ao

⁸ Esse crescimento é possível ser observado no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: Estado do Rio de Janeiro, Baixada Fluminense I e II e municípios, 2010. Disponível no Painel Regional Baixada Fluminense – Observatório Sebrae/RJ. O IDHM é o resultado da média geométrica da longevidade, educação e renda, que varia de 0 a 1 (quanto mais próximo do 1, melhor é o desenvolvimento humano do município), divididas em 5 fases de desenvolvimento muito baixo (igual ou inferior a 0,499); baixo (entre 0,500 e 0,599); médio (entre 0,600 e 0,699); alto (0,700 a 0,799); e muito alto (igual ou superior a 0,800). Nessa análise, o município de Nilópolis apresentou o melhor IDHM da Baixada I (0,753), e municípios como Itaguaí, Nova Iguaçu, Seropédica e Magé alcançaram a faixa de desenvolvimento alto.

processo de resignificação e patrimonialização de bens e práticas culturais específicas da região que em tempos de globalização precisam ser integrados a uma História mais global.

O patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, compõe a História da região, conhecendo-o a população pode resignificar sua identidade e o grau de pertencimento com a região, resguardando sua história e importância para o passado, presente e futuro. Um dos mecanismos através dos quais se reconstruem esses lugares de sentidos, podem ser os chamados processos de tombamento. De acordo com Sonia Rabello, “se o fundamental não é a coisa em si, e sim o seu valor simbólico, é importante detectar não só a questão objetiva da arquitetura de um prédio, por exemplo, mas sua inserção como valor cultural para determinado grupo social.” (RABELLO, 2009, p. 53).

Com esse viés, portanto, a utilização do processo de tombamento com vistas à conservação do bem/coisa móvel ou imóvel não se dá só por parte do poder público, haja vista que, se sua conservação é de interesse da coletividade, é preciso que se crie movimentos para discussões e envolvimento social para a identificação do valor cultural do bem, pois,

“(...) o que motiva o tombamento é a existência fática de valor cultural no bem; este valor pode ter conteúdo histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico, etnográfico, ou de qualquer outro tipo ou categoria do conhecimento, ainda que não mencionada na lei ordinária, mas de legítima e reconhecida expressão cultural.” (RABELLO, 2009, p. 96).

Na região da Baixada Fluminense há bens tombados pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - ou pelo INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - que são instituições que se dedicam a preservar os patrimônios históricos e culturais a nível nacional e estadual, respectivamente.

Os decretos-leis⁹ desses dois Institutos ressaltam que os bens tombados não poderão ser demolidos, destruídos, modificados, descaracterizado, porém, não é o que

⁹ IPHAN decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937 e INEPAC Decreto-Lei nº2, de 11 de abril de 1969. Ressalta-se que, conforme previsto no decreto-lei 25/37, o ato de tombamento

se observa na prática, pois o poder público não contribui para a conservação do bem, como exemplo, em Nova Iguaçu, a Fazenda São Bernardino tombada pelo IPHAN em 1951, foi destruída por um incêndio e, atualmente, encontra-se abandonada, não tendo qualquer tipo de preservação por parte do poder público. De tal maneira que:

“(...) o tombamento incide sobre coisas móveis ou imóveis, fruto da indústria humana, tais como cidades, prédios, objetos de arte, etc. A não destruição destes bens tombados pode ter dois aspectos. O primeiro, relativo à ação proposital – aquela que o indivíduo, por ato próprio, investe sobre o objeto, fazendo-o desaparecer ou mutilando-o. Esta ação é facilmente caracterizável, já que fica clara a relação entre a ação do indivíduo e o desaparecimento da coisa. No entanto, a segunda hipótese, mais sutil, relaciona-se com a omissão. Neste caso, o indivíduo embora veja a necessidade de reparos para a conservação do bem tombado de modo a evitar sua deterioração rápida, omite-se em fazê-lo, permitindo, desse modo, que a ação do tempo no objeto tombado acelere sua própria destruição. Essa omissão do proprietário em conservar o bem tombado, viabilizando seu perecimento célebre, enquadra-se na hipótese de omissão por negligência, uma vez que, tendo obrigação de conservar a coisa, deixou de cumprir esta sua obrigação.” (RABELLO, 2009, p. 116).

Tal situação configura-se na falta de interesse para a conservação e continuidade dos bens tombados, seja por parte do poder público local, seja por parte da população que não reconhece o valor e significado do bem porque não se criou laços de memória e identificação, pois

“(...) os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer à noção. O que secreta, veste,

caracteriza-se por ser um ato administrativo e não político, “sendo ato administrativo, é mister que tenha os pressupostos técnicos que constituirão sua motivação.” (RABELLO, 2009, p. 56).

estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação.” (NORA, 1993, p. 12/13).

Já que, se o lugar de memória e sentido não for construído socialmente, mesmo que existam tais decretos-leis, não haverá sentimento de reconhecimento e continuidade desse bem, por parte da população, para que o mesmo seja preservado e resguardado, provocando assim, sua deterioração e esquecimento, como o caso da Fazenda São Bernardino. O trabalho desenvolvido pelo Museu Vivo do São Bento na região na Baixada Fluminense, junto à sociedade civil é, portanto, fundamental, posto que o mesmo reabilita uma pluralidade de lugares de memória que mantém relações estreitas com os saberes, as vivências e os bens materiais e imateriais da localidade, esse processo de reabilitação é importante pois dá sentido aos próprios processos de tombamento.

Nota-se assim, que, embora o processo de tombamento seja uma medida de grande valia para a preservação, tal processo, somente, não garante que o patrimônio será conservado, e, mais além, que contribuirá para promover o sentimento de identificação e, assim de continuidade desse bem. Faz-se necessário consolidá-lo em consonância com outras medidas políticas e sociais de preservação adotadas no país ao longo do tempo, como observado pela autora Maria Cecília Londres Fonseca:

“(...) fatores como a ampliação da noção de patrimônio cultural, a diversificação dos instrumentos de proteção, e o envolvimento de novos atores, expandiram o âmbito de alcance dessas políticas para muito além das tradicionais ações de identificação e proteção dos monumentos. Novos problemas, como a questão ambiental nas áreas de interesse histórico, a inserção dos centros históricos urbanos na dinâmica de desenvolvimento das grandes cidades, a demanda por bens culturais pela indústria do turismo, o reconhecimento dos bens culturais de natureza imaterial como parte do patrimônio cultural da nação, os direitos de propriedade intelectual coletivos sobre conhecimentos tradicionais associados ou não a recursos genéticos, são apenas alguns temas que

passaram a integrar a agenda das políticas de preservação.”
(FONSECA, 2005, p. 160).

Portanto, para que seja assegurada com eficiência a preservação é preciso consolidar as leis de tombamento e salvaguarda dos patrimônios em articulação com a Educação Patrimonial. Dessa forma será possível que a população tenha acesso ao patrimônio, haja vista que investir nessa perspectiva de educação é fomentar a construção de lugares de sentido, e ao mesmo tempo, estimular o fortalecimento da identidade e o acesso à cidadania.

Esses lugares de sentido podem ser apreendidos, através da noção de patrimônio cultural, como lugares de memória e são indispensáveis para a construção de sentimento de pertencimento e identificação da sociedade com o espaço. Segundo Pierre Nora (1997), citado por Janice Gonçalves (2012):

“o lugar de memória supõe, para início de jogo, a justaposição de duas ordens de realidade: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história. A noção é feita para englobar ao mesmo tempo os objetos físicos e os objetos simbólicos, com base em que eles tenham ‘qualquer coisa’ em comum. [...] Lugar de memória, então: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer.” (NORA, 1997, v.2: 2226).

Em seus distintos projetos o Museu Vivo do São Bento estimula a sociedade civil a resgatar, preservar, (re)significar, e, ainda, difundir a pluralidade de “lugares de memória” que marcam a região da Baixada Fluminense.

A partir da utilização da Educação Patrimonial, essa instituição fomenta a constituição de novos lugares de sentido nessa região, marcadas por estigmas profundos. A valorização do patrimônio estimulada no âmbito das ações do Museu Vivo do São Bento viabiliza, assim, novos mecanismos de construção identitária de resgate e fortalecimento dos lugares de memória, ressalte-se ainda que, mesmo diante do

processo de globalização, no âmbito das singularidades locais, as identidades se constituem resignificando a memória, já que

“(...) a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.” (NORA, 1993, p. 9).

Ao incitar os frequentadores do Museu a experimentar a perspectiva de patrimonialização de seus bens e suas práticas culturais entra em curso o exercício do “rememorar” que se desdobra na formação de redes de identificação e pertencimento.

Por isso, associar o patrimônio cultural aos lugares de memória funciona como um mecanismo para revitalizar e potencializar a identidade e a memória coletiva local. De tal forma que:

“(...) faz-se necessário o diálogo entre a sociedade, o significar e a identificação e salvaguarda do patrimônio, que deve ocorrer na sua formação enquanto memória coletiva e acima de tudo na formação dos mais diversificados lugares, capazes de traduzir o ser e sua contribuição temporal, espacial e simbólica para a nação, a sociedade e à própria cidade.” (ANGELO, 2016, p. 18).

Nesse sentido, e, sobretudo através da Educação Patrimonial, que se estimula o conhecimento, identificação e interação com os bens e as práticas culturais, bem como a preservação, resignificação e (re)inscrição dos mesmos na sociedade. Como demonstra Mércia Carréra de Medeiros e Leandro Surya:

“A educação patrimonial é ação fundamental para a preservação do patrimônio. A não realização repercute de forma negativa, pois se torna difícil obter o apoio da sociedade para a preservação desses bens, uma vez que ela, por desconhecimento quanto à importância deles para a manutenção da memória coletiva, não valoriza e, principalmente, rejeita as medidas de preservação

impostas pelo poder público.” (MEDEIROS; SURYA, 2012, p. 300).

Dessa forma, pode-se dizer que a população não preserva e não (se) reconhece (n) o patrimônio cultural porque não conhece, por isso, utilizar-se da educação patrimonial possibilitará a população ter uma compreensão sócio-histórica dos bens contribuindo para seu reconhecimento, sua valorização e preservação, com vistas a melhor percepção da noção de patrimônio inscrita na Baixada Fluminense.

Por fim, é importante ressaltar que a Educação Patrimonial ao (re)inscrever a noção de patrimônio cultural entre os diferentes grupos humanos que vivem na Baixada Fluminense viabiliza o resgate de expressivos “lugares de memória” e, assim, abre novas possibilidades de representação da região para seus moradores. Possibilidades que dialogam com os elementos da localidade e os valorizam.

Capítulo 2: A Educação Patrimonial como ferramenta para a (re)construção da identidade da Baixada Fluminense

2.1. Memória, identidade e cidadania em processos de patrimonialização na Baixada Fluminense

O Museu Vivo do São Bento tem tido um papel fundamental no resgate de “lugares de memória” na região da Baixada Fluminense. Ao incitar a própria sociedade civil a reconhecer os bens e as práticas culturais que permeiam seu cotidiano, a instituição viabiliza a própria relativização das representações negativas que se associam a região.

A valorização do patrimônio empreendida pelo Museu em suas ações viabiliza novos mecanismos de construção identitária, rompe com estereótipos associados à imagem local, consolida as memórias coletivas e leva ao exercício da cidadania, estimulando o indivíduo a conhecer seu espaço físico e social e, portanto, a questionar seu papel enquanto sujeito civil e político.

É importante destacar que, na atualidade, a perspectiva patrimonial abre-se cada vez mais a novos processos de experimentação e inserção, especialmente, no

campo da cultura. Como destaca o estudioso Euler Siqueira “Aberto, amplo e passível de usos variados, o patrimônio se presta bem ao jogo movediço das identidades sempre em permanente reconstrução.” (SIQUEIRA, 2016, p. 43), por isso, atualmente se desenvolve um amplo diálogo em torno do conceito de patrimônio cultural. Tal conceito parece, ainda, ser muito ambíguo e, se encontra na fronteira de vários campos do conhecimento, como por exemplo, a História, a Arquitetura e o Turismo. Para a pesquisadora Elis Angelo, “o tema patrimônio vem sendo discutido sob diversas esferas e categorias teórico-metodológicas com múltiplos olhares e questionamentos.” (ANGELO, 2016, p. 7).

Acrescente-se ainda que, noção de patrimônio é marcada por uma diversidade que engloba disputa de conceitos, sentidos e, até mesmo processos e mecanismos de identificação. Para Márcia Chuva

“(…) desde os anos 1970, o mundo do patrimônio cultural, inserido que está num contexto mais amplo, foi levado a refletir sobre novas possibilidades de fronteiras ou clivagens, motivadas por outras dimensões de pertencimento que não à nação. O mundo do patrimônio mergulhou no universo particular das identidades locais e das singularidades, que dialogam com o nacional, extrapolam esse recorte e, ao mesmo tempo, vivem a ambiguidade de estarem contidos nele.” (CHUVA, 2012, p. 73).

É possível observar a mudança de pensamento e ampliação do que é considerado patrimônio na Constituição Federal de 1988 no seu artigo 216 que substituiu o termo “Patrimônio Histórico e Artístico” passando a ser denominado como “Patrimônio Cultural Brasileiro”. Essa mudança permitiu a incorporação do conceito de cultura em maior escala, conceituando os bens do patrimônio cultural como àqueles “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Vincularam-se, assim, ao patrimônio “as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações

artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”¹⁰

Percebe-se, então, que há mecanismos para a ampliação do conceito patrimônio que englobe, para além de fatores estéticos, a História, a identidade e a memória de uma sociedade. Por isso, há que se comentar que, o patrimônio e sua importância maior está no sentimento e na memória que ele abriga, que não engloba apenas valores econômicos, mas também e, principalmente, valores simbólicos, como a noção de memória afetiva. A mesma contribui para consolidar a noção de patrimônio no indivíduo despertando vínculos que o levam a querer exercer sua cidadania.

A partir desse viés, com novas perspectivas em torno do patrimônio, relacionadas à construção da(s) identidade(s) e dos lugares de pertencimento, torna-se perceptível que

“(…) o suposto consenso em torno dos critérios que definiam o patrimônio parece definitivamente superado em vista dos assim chamados *novos patrimônios* que adentram a cena nacional e internacional contemporânea. As fronteiras que antes demarcavam os limites entre algo dotado de um valor extraordinário frente ao ordinário tornaram-se porosas e fluidas o suficiente para permitir a passagem de objetos, coisas, pessoas e eventos antes considerados corriqueiros e sem importância.” (SIQUEIRA, 2016, p. 29).

Nesse sentido, o processo de patrimonialização pode ser resultado das variadas vivências e experiências que o patrimônio cultural suscita na sociedade civil, através do resgate da(s) memória(s), como àquelas difundidas pelo Museu Vivo do São Bento recuperando elementos da História nas suas diferentes modalidades vinculadas à produção artística regional, ao artesanato, a tradição oral e as festividades. Jorge Najjar (2010, p. 142) acredita ser necessária “uma ampliação do espectro daquilo que é visto como patrimônio” e, também que a definição de patrimônio “é algo definido socialmente”. Nesse caso, há, naturalmente, uma seleção para determinar o que se

¹⁰ Retirado do site do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218> e acessado em setembro de 2016.

enquadra ou não como patrimônio que é permeada pelos processos de identificação como os “lugares de memória”. Nos processos de patrimonialização

“(…) é necessário repensar a escala de alcance dos bens culturais (municipal, estadual, federal), quase sempre definidos a partir de critérios jurídico-administrativos ou quantitativos ou segundo apenas a extensão espacial da ocorrência. (...) é preciso introduzir outros critérios para avaliar os círculos concêntricos de pertinência e interesse do bem, que possam antes de mais nada definir seu potencial de interlocução. A grande referência deveria ser esse potencial de interlocução, começando sempre com os interlocutores locais.” (MENESES, 2012, p. 30).

De tal forma, seria necessário repensar esses processos de patrimonialização para que não apenas os valores arquitetônicos, econômicos ou artísticos, por exemplo, sejam levados em consideração. É importante que se considere também os valores simbólicos e afetivos que o bem representa para a comunidade local. Haja vista que se o valor é uma atribuição dada, os valores subjetivos podem e devem ser levados em consideração. De acordo com Márcia Chuva

“(…) sob essa perspectiva, a patrimonialização de práticas culturais (ou de bens culturais de natureza imaterial) promove a concorrência e, por vezes, a dissensão entre grupos, vivenciada através de tensões e disputas, num contexto de lutas de representação, lutas por legitimidade e lutas políticas, que redundam em disputa por recursos direta ou indiretamente.” (CHUVA, 2012, p. 74)

É importante sublinhar, como destaca a pesquisadora, que é preciso que para algo ser considerado patrimônio exista significação. É indispensável, portanto, que a sociedade tenha atribuído a esse bem valor simbólico e sentimento de identificação e continuidade pois, “patrimonializar é selecionar um bem cultural (objetos e práticas) por meio da atribuição de valor de referência cultural para um grupo de identidade.” (CHUVA, 2012, p. 73). É, nesse sentido que as práticas da Educação Patrimonial, inscritas no âmbito do Museu Vivo do São Bento, ajudam a fomentar as vivências em

torno do patrimônio cultural. As práticas educativas, dessa forma, como ressalta o IPHAN, seriam fundamentais para o processo de implementação das políticas de preservação patrimonial. Haja vista que

“sabe-se que as políticas de preservação se inserem num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais envolvidos na definição dos critérios de seleção, na atribuição de valores e nas práticas de proteção dos bens e manifestações culturais acauteladas. (...) Esse quadro acaba por originar um desequilíbrio de representatividade em termos da origem étnica, social e cultura, o que provoca, por sua vez, uma crise de legitimidade e uma baixa identificação da população, em alguns casos, com o conjunto do que é reconhecido oficialmente como Patrimônio Cultural Nacional. Nesse sentido, é fundamental conceber as práticas educativas em sua dimensão política, a partir da percepção de que tanto a memória como o esquecimento são produtos sociais.” (CEDUC/IPHAN, 2014, p. 23).

Os processos de patrimonialização incitam ao sentido do resgate do lugar de memória, fundamental para a constituição daquilo que é considerado os mecanismos identitários e das relações de pertencimento que geram a própria prática cidadã. Como destaca a autora Maria Cecília Londres Fonseca

“(…) as questões levantadas por essa nova concepção, ampliada, de patrimônio cultural, abrem em muito o leque de campos de saberes e de instituições que passam a se envolver, direta ou indiretamente, com a produção, gestão e promoção desse patrimônio. No mesmo sentido, as novas questões levam a sociedade a uma compreensão mais rica da noção de patrimônio cultural, e certamente mais próxima de seus interesses.” (FONSECA, 2003, p. 77).

Nesse contexto, o Museu Vivo do São Bento insere-se como uma instituição que no conjunto de suas ações fomenta a perspectiva de patrimonialização com vistas a fortalecer a memória, identidade e cidadania na Baixada Fluminense.

2.2. O processo de formação identitária e a consolidação de memória através da perspectiva da Educação Patrimonial

A Educação Patrimonial constitui-se hoje, como ferramenta indispensável para instituições como o Museu Vivo do São Bento que investem no resgate e resignificação das singularidades locais frente as perspectivas homogeneizadora da globalização.

A utilização da educação patrimonial é de suma importância, pois leva o indivíduo a construção de diálogo, já que “ao se adotar a expressão Educação Patrimonial, uma grande variedade de ações e projetos com concepções, métodos e objetivos pedagógicos distintos foi realizada por todo o país.” (CEDUC/IPHAN, 2014, p.19). Isso favoreceu a constituição do processo de conhecimento, apropriação e valorização do patrimônio, bem como de seu significado para a compreensão sócio-histórica. Haja vista que, segundo Mércia Carrera de Medeiros e Leandro Surya, um dos seus objetivos sugere que a mesma pode

“(…) resgatar uma relação de afeto da comunidade pelo patrimônio. Assim desencadeia-se um processo de aproximação da população ao patrimônio, à memória, ao bem cultural, de forma agradável, prazerosa e lúdica.” (MEDEIROS; SURYA, 2012, p. 299).

A difusão e consolidação da Educação Patrimonial permite que indivíduos se reconheçam e se identifiquem na história do patrimônio histórico material e/ou imaterial de sua sociedade. Nesse caso, Jorge Najjar demonstra que o diálogo entre os elementos da memória seriam fundamentais. Para o mesmo

“(…) a dialogicidade não é um “truque” pedagógico, mas um princípio educacional a nortear todo o escopo do trabalho realizado. É justamente esse diálogo que pode tencionar o “campo das forças” no qual ocorrem as disputas acerca das memórias, dos patrimônios e das identidades que serão vistas como legítimas.” (NAJJAR, 2010, p. 150)

A partir desses recortes, permeada pela interação social e cultural, a educação patrimonial pode contribuir para o conhecimento da herança cultural do passado e também da memória coletiva o que auxilia também para a criação de vínculo e laços de identidade com a sociedade e consequente valorização e preservação do patrimônio. E, nesse aspecto, o ensino de História possui papel fundamental, pois como demonstra a autora Ana Maria Monteiro

“(…) o ensino de História é, potencialmente, um lugar onde memórias se entrecruzam, dialogam, entram em conflito; lugar no qual, também, se busca a afirmação de registro de – ou onde se desenvolvem embates entre - determinadas versões e explicações sobre as sociedades, a política, o mundo, prescritas pela instituição em que se localiza; “lugar de fronteira”, que possibilita o diálogo entre memórias e “história conhecimento escolar”, com o aprofundamento, ampliação, crítica e reelaboração para uso cotidiano.” (MONTEIRO, 2007, p. 15).

Assim, tanto o resgate da memória tanto a educação patrimonial podem e devem ser utilizadas no ensino de História, haja vista que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) de História visam à formação de um indivíduo consciente dos seus direitos e deveres além da consciente necessidade de preservação e divulgação cultural, levando o aluno a compreender seu contexto social, histórico e cultural. De acordo com o PCN

“(…) é fundamental que a escola assuma a valorização da cultura de seu próprio grupo e ao mesmo tempo, busque ultrapassar seus limites, propiciando às crianças e aos jovens pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade.” (INTRODUÇÃO AO PCN's, 1998, p. 44)

Integrar o local ao global constitui-se, portanto, hoje como um desafio. Incitar, como sugere o PCN, os alunos a compreender o contexto social, histórico e cultural, e,

ainda, a reconhecer os valores do seu meio, acaba permitindo a construção de um novo olhar que leva ao resgate das singularidades locais.

A inserção da Educação Patrimonial no ensino de História ainda aparece de forma discreta no contexto educacional. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais é mencionada a questão da História Local com a preocupação para que os alunos ampliem a capacidade de observar e compreender as relações sociais e econômicas do seu entorno. Aparecem ainda à noção de interação entre escola e comunidade e entre as culturas locais e os patrimônios universais.

Pode-se observar que ao longo do texto do PCN as problemáticas sociais em relação à ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo são integradas nas propostas educacionais do PCN através de temas transversais. Da mesma forma, acredita-se que, de uma maneira implícita, o tema patrimônio pode ser enquadrado, pois pode se relacionar com o tema pluralidade cultural.

No Currículo Mínimo de História (2012) da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, tanto no Ensino Médio tanto no Ensino Fundamental não são mencionadas ideias relativas à noção de Educação patrimonial, patrimônio ou mesmo História Regional, mas o mesmo deixa em aberto caminhos para o professor seguir a aula da forma que melhor julgar e, assim, poder acrescentar temas além do que sugestionado no currículo. Pois como o próprio nome sugere (currículo mínimo) não tem a pretensão de ter todo o conteúdo a ser exposto e trabalhado no ensino e, portanto, outros temas podem ser inseridos.

Tanto o PCN tanto o Currículo Mínimo dão a ideia de construção de identidade nacional e do sentimento de pertença ao país, mas não às associam a noção de educação patrimonial, como um meio de acesso para tal, e, mais além, para criação de significado para identidade local e mesmo de inclusão social. Essa percepção ampliaria as possibilidades de diálogo no campo do patrimônio.

Com base em tais perspectivas, é preciso que se associe a memória e a educação patrimonial – nesse caso, para a Baixada Fluminense – no ensino de História, pois aproximará o aluno de seu objeto de estudo com maior conhecimento quanto às especificidades da região e as valorizará para que as mesmas possam vir a ser

constituídas como patrimônio. A autora Maria de Lourdes Parreira Horta (1999) citada por Sérgio Linhares (2013/2014) acredita que a educação patrimonial

“(...) é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.”

O patrimônio cultural funciona como um mecanismo de legitimação e perpetuação ideológica, já que os cidadãos se identificam com as singularidades e as especificidades da localidade. E, nesse sentido, a educação patrimonial¹¹ tem grande relevância. Por isso a Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC/IPHAN) defende que

“(...) a educação patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco principal o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação.” (CEDUC/IPHAN, 2014, p. 19)

A partir da ideia da CEDUC/IPHAN a respeito da Educação Patrimonial, podemos mencionar, na região da Baixada Fluminense, a inserção do Museu Vivo do

¹¹ O Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC), a partir de 2006, implementou o Programa Educação para o Patrimônio Cultural que em parceria com museus e Secretaria de Educação, contribuiu para a divulgação da noção de patrimônio cultural. Tal divulgação buscava incitar e ampliar à atuação do professor e do aluno como agentes de preservação do patrimônio do Estado. Esse programa define, ainda, a noção de patrimônio cultural como aquilo que a sociedade preserva com objetivo de garantir à sobrevivência da sua história e cultura, como o patrimônio arquitetônico, a produção intelectual, os bens imateriais e naturais.

São Bento em Duque de Caxias. Trata-se de um espaço educativo não formal que promove novas experiências e reflexões em torno da perspectiva do patrimônio e da sua preservação, integrando em suas ações a Educação Patrimonial e dialogando com a sociedade civil. O Museu difunde a ideia do IPHAN de que

“(...) as políticas de preservação devem priorizar a construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes institucionais e sociais e pela participação das comunidades detentoras e produtoras de referências culturais.” (CEDUC/IPHAN, 2014, p. 20).

Dessa maneira também contribui para desconstruir estereótipos associados à região e, ainda recupera as muitas memórias locais que fomentam a construção de importantes lugares de pertencimento coletivo.

Partindo da premissa de que para preservar é preciso conhecer, essa será possível com a Educação Patrimonial, pois a mesma contribui para a formação do sentimento de pertencimento à região, enquanto elemento construtor de memória e identidade. Além de promover novas experiências, saberes e reflexões em torno da perspectiva do patrimônio cultural, como as que são difundidas pelo Museu Vivo do São Bento.

Capítulo 3: Saberes, História e Experiências constituídas e difundidas pelo Museu Vivo do São Bento

3.1. Do percurso à consolidação de identidades: a construção de redes de pertencimento na Baixada Fluminense a partir da inserção do Museu Vivo do São Bento

O Museu Vivo do São Bento é uma instituição que promove novas experiências, reflexões e vivências em torno da perspectiva do patrimônio. Criado em 2008 e vinculado ao Centro de Referência Patrimonial e Histórico do município de Duque de Caxias¹², o mesmo tem implementado um conjunto de práticas que difundem e renovam a perspectiva de Educação Patrimonial junto à sociedade civil. O Museu

¹² O Museu foi criado no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, a partir da reivindicação dos profissionais nas áreas de Educação e da Cultura do município.

Vivo do São Bento é na região da Baixada Fluminense, uma instituição precursora nas discussões da identidade local, haja vista que busca fazer a aproximação entre a História e memória da região com a sociedade. De acordo com o ICOM (Conselho Internacional de Museus), Museu é:

“uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que realiza investigações que dizem respeito aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, adquire os mesmos, conserva-os, transmite-os e expõe-nos especialmente com intenções de estudos, de educação e de deleite.” (PRIMO, 1999, p. 7).

Levando em consideração essa definição do ICOM a respeito de Museu, a atuação do Museu Vivo do São Bento ratifica sua função social enquanto museu, desde sua criação até atividades desenvolvidas, já que essa instituição se utiliza da interdisciplinaridade e, ainda promove a integração entre o seu espaço museal, a História, a memória e a comunidade local.

Faz-se necessário que a população conheça e vivencie a noção de patrimônio, pois a mesma contribui para (re)significar as identidades e o grau de pertencimento do indivíduo com as singularidades locais, resguardando a História e importância deste para o passado, presente e futuro. Através da preservação da História da Baixada Fluminense é possível revitalizar e potencializar os “lugares de memória” e também os bens e práticas culturais que marcam essa localidade.

O Museu Vivo do São Bento integra, em seus projetos e ações, a Educação Patrimonial pensando-a como um processo que se dá nas relações sociais, e ainda faz uso de princípios da nova museologia¹³. Assim, “articula a defesa do patrimônio, a intervenção na realidade social, ambiental, econômica e cultural do território e o envolvimento das comunidades locais nessas questões, afirmando e confirmando,

¹³ No campo internacional da museologia a partir dos anos 1960/70 iniciou-se uma série de debates em torno dos tradicionais modelos museográficos. Entra em voga o termo nova museologia, que atribui ao museu o papel de agente com função social a partir práticas que respeitem a diversidade cultural e integre, de fato, a comunidade local.

portanto, o sentimento de pertencimento e as ações dos sujeitos construtores do seu tempo”¹⁴

O Museu Vivo do São Bento dentro da perspectiva da nova museologia e também caracterizado como um Ecomuseu¹⁵ pensa o espaço da sua localidade, com suas singularidades, como fundamental para a construção de pertencimento e cidadania, entendendo a comunidade como parte fundamental desse processo. Cabe ressaltar que, foi o primeiro museu de percurso da Baixada Fluminense, e, hoje além de abrigar a Fundação Educacional de Duque de Caxias é constituído por um sítio arqueológico com sambaquis. E, ainda, pela Igreja Nossa Senhora do Rosário e pelo Casarão Beneditino - sede da Antiga Fazenda de São Bento - tombados pelo IPHAN. Nesse contexto, o Museu amplia a noção de patrimônio cultural através de seus projetos, programas e atividades, além da sua própria inserção enquanto agente social e político. Nesse sentido,

“(...) ao mesmo tempo que preserva os frutos materiais das civilizações passadas, e que protege aqueles que testemunham as aspirações e a tecnologia atual, a nova museologia – ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia ativa – interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, refletindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo que as associa aos projetos de futuro.” (PRIMO, 1999, p. 223)

Nesse sentido, o Museu Vivo do São Bento incentiva novas experiências, vivências e reflexões em torno da perspectiva e valorização do patrimônio cultural em conjunto com a sociedade civil, com práticas educativas, para a consolidação de lugares de memória na Baixada Fluminense. E, como sugere a Coordenação de Educação Patrimonial do IPHAN:

¹⁴ Retirado do site do Museu Vivo do São Bento. Disponível em: <http://www.museuvivodosaobento.com.br/institucional> e, acessado em setembro de 2016.

¹⁵ “Como um Ecomuseu, o Museu Vivo do São Bento é uma casa onde se guardam e se revelam muitas histórias, e como Museu de Percurso, é visitando o seu território e suas diferentes temporalidades que essas histórias são descobertas.” Retirado do site do Museu Vivo do São Bento. Disponível em: <http://www.museuvivodosaobento.com.br/institucional> e, acessado em setembro de 2016.

“(...) as iniciativas educativas devem ser encaradas como um recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local, fazendo uso de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem construídas coletivamente.” (CEDUC/IPHAN, 2014, p. 20).

O Museu Vivo do São Bento constitui-se, então, como importante lugar de recuperação, resgate, resignificação e reinscrição de “lugares de memória” e redes de pertencimento na Baixada Fluminense que se vinculam as singularidades e especificidades locais. Por fim, é importante destacar que suas oficinas e projetos voltam-se para o resgate das ditas singularidades locais e contam com o diálogo entre a sociedade a partir da experimentação do patrimônio cultural e com associação as perspectivas da educação patrimonial.

3.2. A experimentação da perspectiva do patrimônio nas experiências e vivências do Museu Vivo do São Bento

O Museu Vivo do São Bento, nos seus processos de experimentação da perspectiva do patrimônio, através de suas exposições, programas e projetos que contam com a interação da sociedade, integram múltiplas linguagens e promove a troca de saberes, experiências e vivências. O patrimônio é tomado, portanto, como algo vivo e no âmbito do Museu compreende-se que o mesmo encontra-se na pluralidade das experiências das pessoas. Valoriza-se, assim, o conjunto de práticas culturais que permeiam o cotidiano dos grupos humanos no âmbito das formações históricas.

Entre as atividades promovidas pelo Museu, podem-se mencionar os programas/projetos “Mulheres Artesãs”, “Formação Continuada” e, principalmente, o projeto “Jovens Agentes do Patrimônio”. Tais programas/projetos têm como intuito favorecer as trocas culturais e promover a constituição de iniciativas análogas em outras áreas do município, além de incentivar a produção artístico cultural dos cidadãos da Baixada Fluminense. Dessa forma os mesmos acabam contribuindo para a construção de sentimentos de pertencimento e de coletividade, haja vista que

“(...) é imprescindível que toda ação educativa assegure a participação da comunidade na formulação, implementação e

execução das atividades propostas. O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local.” (CEDUC/IPHAN, 2014, p. 20).

O projeto “Mulheres Artesãs” é vivenciado por mulheres moradoras da comunidade local que trazem consigo saberes e experiências que compartilhado com o coletivo ganham forma e expressão através do artesanato. O coletivo se reúne semanalmente e suas criações são divulgadas no espaço do Museu e, em feiras e eventos culturais, algumas de suas artes também são vendidas, contribuindo para a renda das artesãs. Para os atores sociais do Museu “através de múltiplas linguagens e saberes, numa ambiência afetiva e reflexiva, elas ensinam e aprendem, trocam destrocam, acumulam e desapegam, insistem e desistem, experimentam a arte no mistério, nas conversas, nos desejos, na dúvida, nas diferenças, no coletivo.”¹⁶

O Museu é uma instituição interdisciplinar que acredita ser fundamental a articulação entre educação e cultura, por isso, integra em suas ações a perspectiva da Educação Patrimonial e estabelece parcerias com escolas utilizando-se de ferramentas a favor do patrimônio histórico material e imaterial da Baixada Fluminense.

Em parceria com o Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias, o Museu Vivo do São Bento promove também atividades que compreendem a formação continuada dos professores, em conjunto com os alunos e a comunidade. O chamado projeto “Formação Continuada” “reconhece professores e alunos como protagonistas da produção do conhecimento, portadores do direito à pesquisa, à memória e a autoria, seja ela fruto de práticas individualizadas, seja produzida coletivamente.”¹⁷

¹⁶ Retirado do site do Museu Vivo do São Bento, disponível em: <http://www.museuvivodosaobento.com.br/projetos/mulheres-artesas> e, acessado em setembro de 2016.

¹⁷ Retirado do site do Museu Vivo do São Bento, disponível em: <http://www.museuvivodosaobento.com.br/projetos/mulheres-artesas> e, acessado em setembro de 2016.

Dessa forma, visa, através de debates e reflexões, incentivar novos métodos de estudo que promovam a aproximação entre o ensino, a cidade e sua História, principalmente por meio da interação social dos mesmos com o patrimônio cultural da região. No Museu Vivo do São Bento

“o trabalho formativo se efetiva a partir da realização de cursos sobre a cidade de Duque de Caxias e a Baixada Fluminense, bem como temas específicos que abranjam aspectos patrimoniais, culturais, históricos deste território; Trabalhos de Campo que consistem em visitas a percursos temáticos pela Baixada Fluminense, pelo município e por territórios vizinhos que dialogam com a história e o meio ambiente local; Grupos de Estudos realizados no interior da escola, a partir de eixos temáticos definidos por esta; Palestras, Seminários e Debates que contemplem de forma ampla ou mais específica, as questões ligadas ao Patrimônio, à História e à Memória de nossa gente.”¹⁸

Com a finalidade de fortalecer o movimento em defesa do patrimônio material e imaterial do território da fazenda Grande São Bento¹⁹ e afirmar o território como lugar de memória e História, o Museu assegura a importância dos agentes sociais construtores de seu tempo na região e garante a construção de sentimentos de pertencimento e de coletividade.

Com esse intuito, o Museu e o Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias, desenvolve o projeto “Jovens agentes do patrimônio” que visa uma formação continuada, feita a partir de oficinas, grupos de estudo e trabalhos de campo, que integram e difundem abordagens em torno dos bens e práticas

¹⁸ Retirado do site do Museu Vivo do São Bento, disponível em: <http://www.museuvivodosaobento.com.br/projetos/mulheres-artesas> e, acessado em setembro de 2016.

¹⁹ O território da fazenda Grande São Bento, foi adquirido pelo mosteiro de São Bento em 1591, contribuindo para o processo de colonização do Vale do Rio Iguaçu. A construção da fazenda Grande São Bento, hoje em ruínas, iniciou-se entre os anos de 1754 e 1757 e constitui-se como a fazenda mais antiga de Duque de Caxias.

culturais da localidade que se apoiam nas vertentes da memória, da história e do patrimônio.

Esse projeto contribui para que os jovens da comunidade local construam um referencial de valorização e preservação. Mário Chagas em seu texto “Patrimônio é o caminho das formigas...”²⁰ destaca que:

“(...) esse programa, criado em 2009, compreende que a patrimonialização é um campo de disputa pela ocupação do passado, do presente e do futuro, logo tem papel estratégico na formação educacional e cultural das novas gerações. Além disso, para o Programa a patrimonialização tem caráter processual, não sendo suficiente, portanto, no que tange à preservação, o estabelecimento de uma lista oficial definidora do que é ou não é patrimônio; é preciso ir além, é preciso construir conceitos coletivos e a partir deles desenvolver ações coletivas e participativas de defesa, proteção e preservação da herança cultural.” (CHAGAS, 2015, p. 5).

Pode-se apreender, a partir da reflexão de Mário Chagas sobre o projeto “Jovens Agentes do Patrimônio”, que esse programa visa difundir a noção de patrimônio cultural, através de processos de experimentação da própria perspectiva patrimonial, já que entende que o mesmo não está restrito a uma lista oficial definidora do que é ou não patrimônio. Sendo, portanto, necessário no que tange a patrimonialização, fomentar a preservação e valorização dos bens e das práticas culturais que são socialmente reconhecidos pela própria sociedade local. Nesse sentido:

“(...) a noção de patrimônio tem um componente discursivo que lhe dá sentido e do qual não se liberta. A vivência de um museu de percurso espalhado pelo território, um museu pelo qual se pode caminhar, ao ar livre, de dia e de noite, contribui para a construção de um conceito de patrimônio que nos envolve por

²⁰ Em seu texto Mario Chagas descreve a atuação do Museu Vivo do São Bento em Duque de Caxias e destaca o papel do mesmo no desenvolvimento de novas práticas e abordagens conceituais no campo do patrimônio. Para tanto examina o conceito construído pelos participantes do programa “Jovens Agentes do Patrimônio” e descreve os processos de experimentação da perspectiva patrimonial vivenciada por esses jovens.

todos os lados, afeta todos os nossos sentidos e cuja construção é afetada por valores e princípios que regem a vida social, em suas dimensões individual e coletiva.” (CHAGAS, 2015, p. 12).

Nesse sentido, o projeto “Jovens Agentes do Patrimônio” pode ser tomado como um expoente, haja vista que integra um conjunto mais amplo de atividades que o Museu Vivo do São Bento promove em torno desse programa. Essas atividades contribuem para a difusão de memórias locais em associação com a construção de uma identidade regional criando mecanismos que possibilitam novos processos de apreensão e experimentação do conceito de patrimônio. Isso torna-se evidente no conceito²¹ criado por esses próprios jovens:

“(…) patrimônio é o caminho das formigas... os botões que a Jacqueline achou enterrados²², é a tristeza e é a morte²³, é a comunidade²⁴. Todas as coisas ao nosso redor são patrimônio: o que é importante e o que parece não ser importante²⁵, a conversa com a amiga, o dia-a-dia, as pessoas, a vergonha. É um patrimônio saber que a gente é uma comunidade...” (CHAGAS, 2015, p. 3).

O Museu articula, dessa forma, em suas oficinas e projetos, novos caminhos para se pensar a noção de patrimônio e inscreve o mesmo como algo natural e cultural, material e imaterial, e ainda como a própria História e a memória. Essas atividades

²¹ Esse conceito criado coletivamente pelos jovens, como destaca Mario Chagas, tem uma dimensão poética de Manuel de Barros (“é no ínfimo que vejo a exuberância”). O caminho das formigas perpassa a dimensão natural e cultural, e possibilita o repensar caminhos a serem descobertos.

²² A referência textual pode ser vista como uma analogia aos Sambaquis. O Sambaqui do São Bento é sítio arqueológico na região, que guarda os vestígios das ocupações humanas pré-cabralinas nas cercanias da Guanabara, destinado à instalação do Museu dos Povos das Conchas.

²³ Trata-se de referência aos exemplos de patrimonialização ancorados na dor, tristeza e morte, como as cidades de Pompéia e Herculano, na atual Itália, destruídas pelo Vulcão Vesúvio.

²⁴ Ressalte-se que, na perspectiva dos jovens participantes do projeto, noção de pertencimento à comunidade, as relações sociais também constituem a noção de patrimônio.

²⁵ Convém destacar que para os atores sociais do Museu Vivo do São Bento, patrimônio não está restrito apenas àqueles reconhecidos em caráter oficial seja pelo IPHAN, seja pelo INEPAC, por exemplo.

promovem conhecimento, reconhecimento e identificação com elementos do cotidiano que, então, passam a ser apreendidos e vivenciados como práticas culturais. O Museu pensa o conceito de patrimônio a partir de uma construção coletiva para que tal noção não seja baseada apenas em discursos, em disputas políticas e de poder. Vê, assim, o envolvimento da comunidade local, fundamental para incitar a identificação e resignificação dos bens e das práticas culturais, dessa forma se estabelece uma relação de proximidade com o patrimônio já que o mesmo passa a ser visto como parte da sua própria História e, assim, acaba sendo valorizado.

O projeto “Jovens Agentes do Patrimônio” é marcado por atividades como teatro e estudos de campo. Os jovens entram em contato direto com a História, aprendem a proteger e cuidar do patrimônio presentificando o passado no presente e, vivenciam novas perspectivas para a História da Baixada Fluminense. Vivências como essas, possibilitam maior conhecimento e aproximação dos jovens com a localidade e suas especificidades. De acordo com Mário Chagas:

“(…) desde a sua criação até a atualidade o Museu vem desenvolvendo ações de mapeamento, identificação, pesquisa e proteção do patrimônio cultural de Duque de Caxias e, por esse caminho, vem produzindo impactos notáveis para o melhor conhecimento da história local e para a preservação do patrimônio cultural.” (CHAGAS, 2015, p. 5).

Percebe-se que o Museu Vivo do São Bento exerce uma ação político-pedagógica na Baixada Fluminense, na medida em que torna possível um novo educar no viés do direito à memória, à História e ao patrimônio, com a afirmação de identidade individual e ao mesmo tempo coletiva. Marlúcia Santos, diretora do Museu, faz uma reflexão acerca do interesse do Museu em se preocupar não apenas com a preservação do patrimônio, mas com quem irá preservá-lo: “O Museu está preocupado com o homem de hoje e não só com os sambaquianos.” (CHAGAS, 2015, p. 16).

O Museu atua, assim, na valorização das identidades e memórias que compõem o Patrimônio Histórico material e imaterial da Baixada Fluminense, a partir de atividades, debates, cursos e palestras voltadas para a noção de patrimônio. E, a partir do desenvolvimento da Educação Patrimonial, contribui para que se possibilite o

entendimento em torno da importância da apropriação, salvaguarda e preservação do seu patrimônio.

Os saberes, Histórias e práticas difundidas pelo Museu corroboram para a formação do sentimento de pertencimento à região, levando aos indivíduos a conhecerem seu espaço físico e social, e, assim, a questionar também seu papel enquanto sujeito civil e político. Enunciando as questões relativas ao patrimônio, a partir da interação com a sociedade local, entendo-a como protagonista no processo de valorização, preservação e reconhecimento (a partir de uma nova noção construída coletivamente) do que se considera patrimônio, resguardando, a partir da educação patrimonial, a História, memória, identidade e cidadania.

Conclusão

O presente trabalho coloca em pauta as perspectivas do patrimônio cultural em associação com o campo, ainda recente, da Educação Patrimonial e seu papel no resgate e reconstituição de “lugares de memória” que refundam a identidade da região da Baixada Fluminense e reescrevem a perspectiva cidadã na localidade.

Para tanto, recorreu-se nesse pesquisa, ao estudo do Museu Vivo do São Bento que ao inserir em suas ações a perspectiva do patrimônio viabilizou o resgate e a reconstituição de “lugares de memória” e pertencimento da Baixada Fluminense pouco difundidos no senso comum. A perspectiva de patrimônio cultural vivenciada no âmbito das ações do Museu pode ser tomada como mecanismo de continuidade que converge memória em História ao reinscrever no cotidiano dos grupos humanos da Baixada laços de pertencimento e de identificação com elementos da localidade.

Dessa forma, as políticas e ações que se voltam para a preservação do patrimônio cultural, como as ações as quais o Museu se dedica, devem ser pensadas numa articulação entre o Estado e a sociedade civil. Deve-se tomar, ainda, a Educação Patrimonial, como uma ferramenta que propicia a cidadania, consolida o conhecimento e contribui para a resignificação da identidade local frente à identidade global.

Vale realçar ainda que o conjunto de atividades que o Museu Vivo do São Bento promove para a difusão de memórias locais em associação com a construção de uma identidade regional, a partir da atuação na Nova Museologia, integra novas perspectivas para se pensar o patrimônio cultural. Nas suas atividades, permeadas pelo sentido da Educação Patrimonial, essa instituição contribui para que se torne viável o entendimento em torno da importância da apropriação, salvaguarda e preservação do patrimônio da comunidade local.

A partir desse breve estudo foi possível perceber que a noção do patrimônio cultural e identidade da Baixada Fluminense não estão distante dos acervos, projetos, debates que têm sido produzidos sobre, em especial nos espaços de inserção da atuação do Museu Vivo do São Bento, a partir do diálogo entre o Estado, os profissionais da educação e cultura e os membros da sociedade civil.

Por fim, cabe ressaltar o papel da Educação Patrimonial, no âmbito do Museu Vivo do São Bento que estimula o rompimento de preconceitos, barreiras e estereótipos que foram por muito tempo associados à Baixada Fluminense, contribuindo, dessa forma, para que sua imagem se consolide a partir do conhecimento e apropriação da História local.

Percebe-se, então que, a Educação Patrimonial como uma ferramenta política-pedagógica pode auxiliar para no conhecimento do patrimônio cultural da Baixada Fluminense, contribuindo para a sua subsequente valorização e preservação. Além disso, promove o sentimento de identificação e continuidade desse bem, a partir da interação com a sociedade local, entendendo-a como protagonista no processo de valorização, preservação e reconhecimento, já que a permanência de um bem não será garantida até que se tenha o compromisso com a conservação e preservação de geração a geração, sendo a Educação Patrimonial o melhor caminho para tal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELO, Elis Regina Barbosa. *Os caminhos do processo de formação do patrimônio cultural: Ideais e perspectivas contemporâneas sobre a educação para a memória e o pertencimento*. In: Concepções, Memória e Patrimônio Cultural. História, Sociedade e Educação em foco. Organizadores: Elis Regina Barbosa Angelo e Euler David Siqueira. Curitiba: Editora Prismas, 2016

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília, 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CHAGAS, Mario Souza. *Patrimônio é o caminho das formigas....* In: Anais do Museu Histórico Nacional, 2016.

CHUVA, Márcia. *Por uma História da noção de patrimônio cultural no Brasil*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n° 33, p. 147-165, 2012.

_____. *Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma Perspectiva Histórica, Ética e Política*. In: Patrimônio Cultural Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil. Organizadores: Márcia Chuva e Antonio Gilberto Ramos Nogueira. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012

ENNE, Ana Lúcia Silva. A “redescoberta” da Baixada Fluminense: reflexões sobre as construções narrativas midiáticas e as concepções acerca de um território físico e simbólico. PragMATIZES – Revista Latino Americana de estudos em Cultura, ano 3, n° 4, p. 6-27, 2013.

_____. Fluxos e interações da rede de memória e história na Baixada Fluminense. Revista Pilares da História - Duque de Caxias e Baixada Fluminense, ano II, n° 02, p. 37-52, p. 2003.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio histórico na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, 2005.

_____. *Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla do patrimônio cultural*. In: Memória e Patrimônio – ensaios contemporâneos. Organizadores: Regina Abreu e Mário Chagas. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2003.

GONÇALVES, Janice. *Pierre Nora e o Tempo Presente: entre a memória e o patrimônio cultural*. Historiae, Rio Grande, 3 (3): p. 27-46, 2012.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, P. 07- 97, 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Texto de Sônia Rampim Florêncio, Pedro Clerot, Juliana Bezerra e Rodrigo Ramassote. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. INEPAC. *Patrimônio cultural: educação para o patrimônio cultural parte I e II*. Rio de Janeiro, 2014.

MARQUES, Alexandre dos Santos. *Baixada Fluminense: da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas*. Revista Pilares da História - Duque de Caxias e Baixada Fluminense. Ano 4, nº 6, 2006.

MEDEIROS, Mércia Carréra e SURYA, Leandro. *A importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio*. In: Patrimônio Cultural Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil. Organizadores: Márcia Chuva e Antonio Gilberto Ramos Nogueira. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. *O Campo do Patrimônio Cultural: Uma Revisão de Premissas*. In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Coordenação Weber Sutti. Brasília, DF: Iphan, p. 25-39, 2012.

MONTEIRO, Ana Maria. *Ensino de História: entre história e memória*. Rio de Janeiro, 2007.

NAJJAR, Jorge. *Educação Patrimonial e Identidade: Algumas questões em debate*. In: CARNEIRO, Waldeck (et al) (org). *Movimentos Instituintes em Educação: políticas e práticas*. Niterói, Intertexto, p. 141-153, 2010.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. In: Projeto História, São Paulo, n.10, dez, 1993.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-215.

PRIMO, Judite. *Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais – Organização e Apresentação*. Cadernos de Sociomuseologia/ Declaração de Quebec – princípios de base de uma nova museologia, 1984. nº 15, Págs.223-225; ULHT, 1999; Lisboa, Portugal

RABELLO, Sonia. *O Estado na Preservação de Bens Culturais. O Tombamento. (Reedições do IPHAN)*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação. *Currículo Mínimo História*. 2012.

ROCHA, André Santos da. A desnaturalização da Baixada Fluminense: pressupostos e leituras para entender a apropriação territorial. Revista Pilares da História - Duque de Caxias e Baixada Fluminense, ano 13, edição especial, p. 13-25, 2014.

SÉRGIO, Linhares. *Educação Para o Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial*. Curso de Formação de Gestores Públicos e Agentes Culturais. 2013/2014.

SIQUEIRA, Euler David. *Vale Tudo? Identidade, Cultura e Patrimônio na Pós-Modernidade*. In: *Concepções, Memória e Patrimônio Cultural. História, Sociedade e Educação em foco*. Organizadores: Elis Regina Barbosa Angelo e Euler David Siqueira. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

Fontes:

Documentário “Nunca fui, mas me disseram...” Acessado em: dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E8sUcveY6XA>

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: Estado do Rio de Janeiro, Baixada Fluminense I e II e municípios, 2010. Disponível no Painel Regional Baixada Fluminense – Observatório Sebrae/RJ. 2015, p. 7. http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Sebrae_INFREG_2014_BaixadaFlum.pdf



Fonte: IETS, com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD-Ipea-FJP [2013].